

Eleito em 2018 como presidente do Brasil no pleito mais improvável da história do país, Jair Messias Bolsonaro despertou da parte da imprensa, dos estudiosos e dos palpiteiros das redes sociais inúmeras polêmicas e especulações. A começar pelo fato de que o presidente eleito, um ex-capitão do Exército, reformado precocemente por insubordinação, passou 28 anos de vida pública a proferir discursos anticomunistas e de exaltação à Ditadura Militar brasileira, a pergunta que campeava não podia deixar de especular sobre como se seria o seu governo? Será que os militares que o cercavam e chancelavam a sua eleição seriam uma ameaça à nossa precária democracia? Qual papel estariam destinados a cumprir no novo governo? Estaríamos voltando ao passado e a eleição de Bolsonaro apontava para o recrudescimento do autoritarismo dos tempos da Ditadura Militar em meio à uma situação de golpe que desde 2016 vinha se aprofundando ou tratar-se-ia de uma novidade? Voltaríamos ao passado? A qual passado? Das ditaduras de Segurança Nacional que atingiram vários países da América Latina entre os anos 1950 e 1980 ou ao passado do fascismo histórico e seus similares genéricos e protofascistas das décadas de 1920, 1930 e 1940? Qual o papel da classe dominante e das direitas tradicionais na ascensão do ex-capitão e como os setores democráticos se comportariam numa eventual ameaça da extrema direita às instituições? Qual a natureza do governo eleito e do fenômeno do bolsonarismo?

As perguntas eram muitas e foram se transformando na medida em que algumas respostas parciais foram sendo oferecidas, enquanto novas questões foram surgindo. O primeiro fato compreendido por muitos é que a eleição de Bolsonaro trouxe consigo um novo fenômeno à política brasileira, o bolsonarismo, que independente com os vínculos que tenha com o passado, é uma novidade histórica importante. Junto com a novidade, a mobilização de uma extrema direita fascista, praticamente desconhecida dos brasileiros, passou a assustar a esquerda e algumas personalidades do campo democrático. Até então este segmento do espectro político tinha se limitado a manifestações residuais na política do país dos tempos da redemocratização e da chamada Nova República. Num

* Professor do Departamento de História da UFBA

país em que, até pouco tempo, poucos se assumiam como direita, ver emergir orgulhosos extremistas com discurso fascista, não podia deixar de assustar e até mesmo parcelas das direitas tradicionais sentiram a pancada.

A bem da verdade, desde as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, e até 2015, nenhuma grande manifestação protagonizada pelas direitas havia sido registrada no Brasil. O fenômeno, portanto, ganhava os contornos que estimulavam a imaginação e sugeriam analogias variadas: afinal o que seriam as novas direitas brasileiras? Sobre o assunto, tinha existido movimentos residuais e bastante minoritários no período, com pautas anticorrupção e especialmente contra os governos petistas, mas nada que chegasse a assustar. Apesar de sua pequena dimensão, contudo, todos os movimentos das direitas tiveram ampla cobertura da imprensa, acostumada a criar fatos políticos que confrontassem seus desafetos.

A questão é que durante 30 anos o Brasil seguiu sem abalos profundos e os governantes da última década, identificados com o campo democrático e popular, ao menos originalmente, pareciam estar respaldados por práticas de conciliação e políticas assistenciais que sugeriam um lastro consistente de sustentabilidade eleitoral e governança. Tais práticas, que não tocavam nas estruturas fundamentais do capitalismo no país, mas continuavam a garantir a perpetuação de projetos de reformismo fraco, para utilizar uma expressão de André Singer, pareciam autorizar a continuidade indefinida dessa concertação governamental.¹ Como se viu em 2013, entretanto, tratava-se apenas de aparência.

Diferentemente do que muitos pensam, junho de 2013 não foi um raio num dia de céu azul. Produto do acúmulo e do crescimento de um descontentamento liminarmente passivo para as grandes massas, mas que para a classe trabalhadora vinha produzindo um incremento substancial de greves ano após ano, as chamadas Jornadas de Junho vinham sendo anunciadas por décadas, num país marcado por desigualdades profundas e de dimensões explosivas. O curioso é que a revolta popular de Junho eclodiu num momento em que, apesar das greves, o governo da petista Dilma Rousseff vinha sendo bem avaliado. Olhando em retrospectiva, parece quase impossível se acreditar que três anos depois dos meses que antecederam as Jornadas de Junho tenhamos vivido um golpe e menos de seis anos depois tenhamos eleito Bolsonaro presidente.

O mecanismo denominado de frustração relativa, cunhado pelo historiador conservador Alexis de Tocqueville no século XIX, consiste num momento no qual um povo que “suporta sem se queixar, e como se não as sentisse, as leis mais opressivas, rejeite-as violentamente assim que seu peso diminui”.² Tal hipótese, que foi retomada por Vladimir Safatle para pensar o que teria ocorrido em junho de 2013 no Brasil, sugere, como aludiu Tocqueville quando analisou a Revolução Francesa, que o “regime que uma revolução destrói é quase sempre melhor que do que aquele que o antecederia imediatamente”, ao que o historiador francês ainda acrescenta: “a experiência ensina que o momento mais perigoso para um mau governo é geralmente aquele em que começa a se reformar”, pois “os franceses julgaram sua condição tanto mais insuportável quanto melhor ela se tornava”.³

Não está em questão se os governos petistas eram bons ou maus, mas tomando-se os dados relativos a tais governos em comparação com os governos anteriores, algo que vem sendo amplamente observado pela vasta literatura que já se produziu sobre o assunto, pode-se dizer que as taxas de popularidade obtidas pela experiência do lulismo não foram alcançadas por acaso. Os analistas que se debruçaram sobre os dados extraídos dos 13 anos de experiência de governos do PT apontam para uma importante melhora nos indicadores para os segmentos mais pauperizados da população, não obstante uma melhoria registrada em ritmos bastante lentos. Em que pese que a outra ponta da cadeia não tenha sido atingida e os setores mais ricos tenham continuado a ganhar como sempre, o fato de que os que viviam no andar de baixo tenham logrado uma pequeníssima ascensão, muito especialmente pelo consumo, isso parece ter sido suficiente para permitir que o PT ganhasse sucessivas eleições. Em vista disso, a hipótese de que tenha ocorrido uma espécie de frustração relativa, devido a expectativas que se ampliaram e poderiam não ser atendidas, é bastante razoável pois, como diz Tocqueville “Não é sempre indo de mal a pior que se cai em revolução”.⁴

As Jornadas de Junho abriram um importante capítulo da luta de classes no Brasil, mas não converteram-se num processo revolucionário. Mesmo admitindo-se que permaneça em discussão o caráter da maior revolta popular da história recente do país, são poucos os que ainda insistem que o período inaugurado com as massas nas ruas, que durante boa parte do tempo apresentavam reivindicações progressistas e eram dirigidas por pessoas e movimentos de esquerda, permaneceu indefinidamente progressista. O

que ocorreu a certa altura do processo foi que as direitas, animadas por um sentimento difuso dos setores médios cada vez mais exasperados e incentivados pela imprensa, que passou a disputar o sentido das manifestações, terminaram por dirigir os atos a partir de determinado ponto. E as direitas, ou melhor, a extrema direita que emergiu em contradição direta com a experiência do lulismo e que jamais tinha tido presença importante na vida política do país, ao menos desde as células da Ação Integralista Brasileira nos anos 1930, ou das Marchas da Família na década de 1960, estimuladas por grupos católicos e entidades empresariais, ganharam protagonismo, formaram organizações políticas e conquistaram adeptos, milhares de adeptos.

E foi justamente esses milhares de adeptos que ocuparam as ruas nos anos seguintes, muito especialmente em 2015 e depois, quando o tema da corrupção, a partir das sucessivas etapas da operação Lava Jato, foi amplamente noticiado numa dimensão de espetacularização jamais vista. Nesse quadro de instabilidade persistente, acrescido da chegada da crise econômica ao país, as bases políticas do governo de Dilma Rousseff começaram a ser solapadas, não sem a contribuição importante das medidas de austeridade adotadas pelo próprio governo petista que levou ao ministério figuras como Joaquim Levy, ex-executivo do Bradesco, Armando Monteiro, ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Kátia Abreu, ex-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo, com relações íntimas com empreiteiros.

Num quadro de crises combinadas, em que o governo vinha perdendo apoio acentuadamente, um golpe começou a ser urdido no interior das classes dominantes. Quando se associaram setores do judiciário, do Congresso e da grande mídia, respaldados no paulatino e gradual consenso construído entre as principais frações das classes dominantes do país, inclusive as que estiveram presentes no governo Dilma, impulsionadores e impulsionados pela exasperação dos setores médios que enchiam as ruas, as condições de sustentação do governo petista tornaram-se impossíveis e este veio abaixo, alcançado pelo mecanismo constitucional do *impeachment*.

Nos dois anos que se seguiram ao golpe do *impeachment*, quando as circunstâncias da crise não apenas deixaram de ser debeladas, mas se aprofundaram, tornando o governo e golpista de Michel Temer (MDB) o pior avaliado da história do país, quase toda a coalizão golpista foi maculada, com respingos atingindo os principais

partidos das direitas tradicionais do Brasil. Em consequência disso, o que restou da experiência desastrosa de um governo feito na medida para retirar direitos dos trabalhadores, foi um setor que aparecia como *outsider* e antissistêmico, justamente a extrema direita e seu líder carismático Bolsonaro. A ascensão de Bolsonaro e a emergência do bolsonarismo é, portanto, aquilo que foi tornado possível em função da catarse provocada pelas Jornadas de Junho, a experiência golpista de 2016, e a profunda desorganização institucional que tomou o país nesses anos tumultuados. Tendo sobrevivido porque foi capaz de se descolar dos operadores políticos tradicionais, encampando uma agenda anti-petista radical que não deixava de abrigar contornos antissistêmicos e com substanciais ramificações com as massas pequeno-burguesas, Bolsonaro e os segmentos bolsonaristas surgiram como novidade, num cenário devastado pelo cansaço, a violência, a desesperança e o medo.

Mas o que é exatamente o bolsonarismo? Chamamos de bolsonarismo a um tipo de comportamento político surgido nos últimos anos, ao qual se vinculam pessoas ou grupos de pessoas que se organizam ou apenas se mobilizam em torno de ideias como antipetismo e o anticomunismo, o vitimismo e o pânico moral, a mobilização política e o culto da violência, o neoliberalismo e o ataque aos direitos dos trabalhadores e a tudo o que se relaciona ao Estado de bem estar social oriundo de políticas públicas e de inclusão praticadas pontualmente desde a Constituição de 1988. O bolsonarismo repete, no Brasil, o que aconteceu ou acontece em outras épocas e em outros países, onde uma crise aguda e aparentemente incontornável, sugeriu saídas que abriram as portas para a ascensão de líderes carismáticos que trouxeram propostas de soluções fáceis para todos os problemas da economia, da política e da sociedade. Na Itália e na Alemanha nos anos 1920/30, a crise do pós-guerra e uma conjuntura de intensa luta operária, revolucionária e de esquerda, exasperou os setores médios que, ressentidos pela falta de perspectivas, partiram em busca de alternativas que tinham na ideia de que havia um “nós” e um “eles” como um dos elementos mobilizadores mais importantes. No Brasil, mesmo sem que se tenha tido uma situação revolucionária, o desespero dos setores médios, que não deixou de contar com o apoio de parte fundamental das classes dominantes e dos atores políticos tradicionais, deu ensejo para que se apoiasse o saneamento político, que atingiu parcelas da sociedade e dos grupos políticos de esquerda, ampliando-se em seguida, passando a ameaçar a todos os que se colocam no capo da oposição.

O que ocorre no Brasil, que tem similitude com o que acontece em outros países, onde governantes outsiders e de extrema direita ascenderam encampando um discurso antissistêmico e alternativo ao que chamam de velha política, mesmo com as características que nos permitem apontar as semelhanças com os movimentos nazifascistas históricos, têm peculiaridades que precisam ser investigadas com cuidado e rigor. O fato, contudo, é que qualquer que seja o nome que se dê ao fenômeno, no qual o bolsonarismo está incluído e cujos derivativos oriundos da conceituação não negam seu aspecto principal, começam a produzir um consenso que diz tratar-se daquilo que de mais próximo ao fascismo existiu na história do país desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

Alimentando-se da crise de representação oriunda de outras tantas crises que tiveram como ponto de inflexão as Jornadas de Junho e, principalmente, o golpe de 2016, o bolsonarismo se apresenta como visão de mundo ultrarreacionária, de retórica patriótica e violenta, que elegeu a esquerda e os setores democráticos como inimigos a serem vencidos. Não sendo capaz de produzir o contentamento prometido, o bolsonarismo necessitará de uma permanente mobilização de espíritos e força para continuar existindo, o que termina por impor aos sindicatos, movimentos sociais e ao conjunto da esquerda, muito especialmente às correntes que se reivindicam socialistas, desafios novos e muito mais urgentes. Tais desafios passam, essencialmente, pela construção de formas variadas de políticas de unidade e enfrentamento, algo que foi permanentemente exortado pelos militantes, intelectuais e organizações que primeiro enfrentaram o fascismo na história e agora passam a frequentar o vocabulário da esquerda brasileira que tinha estado bastante fragmentada desde que o PT ascendeu ao governo.

A necessidade de construção de uma Frente Única Antifascista, com todos os partidos, organizações e militantes da esquerda e do campo vinculados aos trabalhadores, parece ser a tarefa mais urgente. Chama-se de Frente Única a uma tática adotada desde 1921, com intervalo de políticas sectárias e ultra-esquerdistas de fins dos anos 1920, que consiste em estabelecer a unidade em um nível de relativa organicidade entre organizações do seio da classe trabalhadora. Para além da necessidade de constituição de políticas frentistas, o chamado ao estabelecimento de acordos unitários

com partidos, intelectuais e personalidades do campo democrático parece ser essencial para a efetivação da defesa das instituições da democracia na sua forma vigente.

Num momento em que o país se vê ameaçado pela implantação de um novo AI-5, e quando todas as instituições parecem ameaçadas, a conjugação de esforços para entender o funcionamento do governo, os núcleos que o sustentam, os acordos firmados e as frações de classe que o compõem, parecem ser essenciais. E se temos a certeza de que uma boa análise da realidade não tem condições de nos assegurar a vitória contra o recrudescimento da ditadura ou as formas de profascismo ora assumidas pelo bolsonarismo, podemos estar certos de que a incapacidade de enxergar o inimigo da forma como ele efetivamente é, produzirá uma inevitável derrota. Frente a isso, faz-se necessário um estudo cada vez mais rigoroso e aprofundado do momento atual, para que possamos, de posse do conhecimento apropriado, armar os trabalhadores das armas da crítica, enquanto não chega a hora de sua substituição pela crítica das armas.

O fenômeno do bolsonarismo no Brasil, como o iminente colapso ou mesmo ameaça às democracias liberais em alguns países do mundo, tem sido tema de inúmeros estudos e nessa altura já há razoável literatura sobre o assunto. Tal qual o ocorrido em relação ao fascismo histórico, a conjugação da necessidade de interpretar o mundo com a necessidade de transformá-lo abriu uma ampla fronteira de investigações e intervenções que vem produzindo farto material sobre os temas do (neo)fascismo e do recente e iminente colapso da democracia. Nessa altura, centenas de estudiosos dos mais diversos campos se dedicam a deslindar o período recente da nossa história, buscando perceber os componentes principais e aspectos fundamentais do lulismo, das Jornadas de Junho, do golpe de 2016, da ascensão da extrema direita e, finalmente, da experiência do governo Bolsonaro e do bolsonarismo.

O dossiê que o leitor tem diante de si foi organizado pela equipe do marxismo21 com o objetivo de oferecer as ferramentas indispensáveis na análise plural sobre o tema. Todavia, os objetivos não podem ser alcançados se o material sobre o bolsonarismo permanecer restrito à curiosidade diletante e ao academicismo ilustrado. Como ferramenta política por excelência, os estudos marxistas tem sempre a tarefa incontornável de, em dado momento, tornar possível a transformação radical da sociedade. Nessa hora obscura, quando o fascismo mais uma vez nos ameaça, a tarefa

urgente é, como sabemos, interpretar o mundo, mas acima de tudo, construir as condições para transformá-lo.

¹ SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

² TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: Edipro, 2017, p. 181.

³ SAFATLE, Vladimir. *Só mais um esforço*. São Paulo: Três Estrelas, 2017, p. 87-88. TOCQUEVILLE, A. de. Op. cit, p. 180-181.

⁴ TOCQUEVILLE, A. de. Op. cit, p. 181.